



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10725.002467/99-86  
Recurso nº : 142.133  
Matéria : IRPJ - Ex(s): 1998  
Recorrente : UBINAN-DISTRIBUIDORA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA  
Interessado : 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I  
Sessão de : 21 de junho de 2006  
Acórdão nº : 103-22.496

OMISSÃO DE RECEITAS. SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO. O suprimento de numerário para a integralização de capital, sem a comprovação da origem e da entrega futura, gera a presunção de omissão de receitas.

GLOSA DE CUSTOS. COMPROVAÇÃO INIDÔNEA. Documentação emitida por empresa inexistente de fato não produz efeitos tributários.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. PIS, COFINS, CSLL. Aplica-se às exigências reflexas o mesmo tratamento dispensado ao lançamento matriz, dada a sua íntima relação de causa e efeito.

Recurso improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por UBINAN-DISTRIBUIDORA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CANDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE

PAULO JACINTO DO NASCIMENTO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 18 ABRIL 2006

Participaram ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, FLÁVIO FRANCO CORREA, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, LEONARDO DE ANDRADE COUTO e ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO,



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10725.002467/99-86  
Acórdão nº : 103-22.496

Recurso nº : 142.133  
Recorrente : UBINAN-DISTRIBUIDORA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

### R E L A T Ó R I O

Aos 20/12/1999, a contribuinte tomou ciência do auto de infração que constituiu os créditos tributários de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL relativos aos períodos de 01/01/1997 a 30/06/1997, em decorrência da omissão de receitas caracterizada pela não comprovação da origem e/ou da efetividade da entrega de numerário para integralização do capital e da glosa de custos respaldados em demonstração inidônea.

Aos 19/01/2000 a autuada impugnou os lançamentos, argumentando, quanto à omissão de receitas, que prestou à fiscalização todas as informações solicitadas, deixando de apresentar as cópias dos cheques por não ter tido resposta dos bancos, e, quanto à documentação tida como inidônea, que negociava com empresas inscritas no CGC e que desempenhavam o regular exercício de suas atividades, não lhe cabendo verificar se são idôneas.

A decisão de primeira instância, entregue no endereço da contribuinte no dia 07/07/2004, deu pela procedência dos lançamentos em acórdão assim ementado:

*"Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ  
Período de apuração: 01/01/1997 a 30/06/1997*

*Ementa: OMISSÃO DE RECEITA. SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO.  
O suprimento de numerário para a integralização do Capital Social, sem a comprovação da origem e da efetiva entrega, se presta para quantificar omissão de receita.*

*GLOSA DE CUSTOS. COMPROVAÇÃO INIDÔNEA.  
Os documentos emitidos por empresas inexistentes de fato não produzem efeitos tributários.*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10725.002467/99-86  
Acórdão nº : 103-22.496

*Assunto: Outros Tributos ou Contribuições*

*Período de apuração: 01/01/1997 a 30/06/1997*

*Ementa: PIS, CSLL e COFINS. TRIBUTAÇÃO REFLEXA.*

*Aplica-se à exigência reflexa o mesmo tratamento dispensado a lançamento matriz, em razão de sua íntima relação de causa e efeito.*

*Lançamento Procedente".*

Aos 02/02/2004, a empresa interpôs recurso voluntário expondo que incidiu em equívoco a decisão recorrida ao manter o lançamento relativo à omissão de receitas pois comprovou a origem dos recursos destinados à composição do seu Capital Social, relacionando os emitentes dos cheques, seus números e valores, data de emissão e bancos sacados, estando devidamente contabilizados todos os valores.

A comprovação documental da integralização através de cópias dos cheques, quando se trata de pessoa física, que não está obrigada a essa prática, não é tão simples e, conquanto haja sido requerida aos bancos, restou desatendida. Ao fisco caberia, usando o poder de polícia, a requerer diretamente à instituição financeira.

Inobstante, a comprovação se deu com a contabilização do numerário saído do patrimônio da pessoa física e sua entrada no Capital Social da recorrente, demonstrando, assim, a efetiva entrega.

Ademais, somente a prova inequívoca, não mera presunção, pode caracterizar a omissão de receita.

Igualmente equivocada a decisão, quando, em que pese a apresentação das notas fiscais e as respectivas duplicatas devidamente quitadas, comprovando a existência de um negócio efetivamente realizado, manteve a glosa de custos.

O recurso se fez acompanhar da relação de Bens e Direitos para Arrolamento de fls. 450.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10725.002467/99-86  
Acórdão nº : 103-22.496

VOTO

Conselheiro PAULO JACINTO DO NASCIMENTO, Relator

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

Quanto à omissão de receitas caracterizada pela não comprovação da origem e/ou da efetividade da entrega de numerário para integralização do Capital Social, a recorrente reconhece, expressamente, que não conseguiu trazer aos autos a documentação comprobatória da origem e da efetividade da entrega das importâncias supridas.

Cabe à pessoa jurídica provar, com documentos hábeis e idôneos, os registros da sua contabilidade, inclusive os de efetivo ingresso e entrega pelos subscritores de numerário para a integralização de aumento de capital, não lhe sendo facultado transferir esse ônus para o Fisco.

Não logrando a recorrente de desincumbir da prova a seu cargo, presume-se que tais recursos se originaram da pessoa jurídica, provenientes de omissão de receitas.

No que pertine à glosa de custos lastreados em notas fiscais inidôneas, porque emitidas por empresas declaradas inaptas, se constata que a recorrente, intimada a comprovar os pagamentos e a apresentar os conhecimentos de transporte aptos à demonstração do efetivo recebimento das mercadorias, se limitou a juntar duplicatas, informando que não dispunha dos conhecimentos de transporte.

Assim, não comprovada a efetivação do pagamento do preço e o recebimento das mercadorias, as notas fiscais em questão não são capazes de produzir efeitos tributários em favor da recorrente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10725.002467/99-86  
Acórdão nº : 103-22.496

Diante disso, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, DF, 21 de junho de 2006.

PAULO JACINTO DO NASCIMENTO